

Carta da Diretoria ADUFPI e Coordenações regionais ao CEPEX

Prof. Dr. Gildásio Guedes, presidente deste Conselho, colegas representantes dos docentes, representantes dos discentes. Queremos inicialmente nos solidarizarmos as milhares de famílias que perderam seus entes nesta Pandemia. São mais de 200 mil mortos em nosso país e nas últimas 24 horas, mais de 1.400 brasileiras e brasileiros morreram em decorrência da Covid-19. Este não é um dado animador para trazermos na primeira reunião do Cepex de 2021. Mas, precisamos olhar para essa situação e continuarmos nosso trabalho tendo como referencial a ciência, e assim, seguirmos todos os protocolos de segurança. Em 11 meses da gestão do nosso sindicato, a Adufpi vem mais uma vez a este Conselho para dialogar com a comunidade acadêmica e principalmente com as nobres colegas conselheiras e conselheiros, nossos pares, eleitos por nós, sobre questões que são muito importantes para nossa Instituição e para o Piauí.

Queremos primeiro reiterar o que já foi dito em documentos anteriores, de que todo processo de tomada de decisão deve ser construído com base em ponderações bem fundamentadas, em dados e elementos que primem por encaminhamentos racionais e decisões acertadas.

As decisões desse Conselho devem ser resultado de discussões que respeitem a pluralidade das áreas de ensino, e principalmente, no cenário em que estamos com início do processo de vacinação, mas sem uma previsão de imunização de toda a população.

Um segundo aspecto é reafirmar que mesmo na pandemia estamos trabalhando muito, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão. Estamos trabalhando sem as condições, em nossas casas, utilizando nossos equipamentos, nossa energia e internet. Sim, nós queremos retornar fisicamente aos postos de trabalho, mas primeiro, precisamos que nossos discentes, técnicos, terceirizados e nós também, estejamos imunizados.

Dito isto, a ADUFPI vem manifestar nesta carta aberta algumas considerações, ponderações e proposições sobre a tomada de decisões e sobre as questões que serão tratadas neste conselho.

1. Consideramos que as atividades exercidas pelos conselhos da instituição são de fundamental importância para a manutenção da transparência e da gestão

democrática da Universidade Federal do Piauí, e portanto, tais instâncias devem ser respeitadas e consideradas em suas respectivas funções.

2. A necessidade que os calendários sejam primeiramente avaliados e discutidos nos Conselhos Superiores da UFPI e que não sejam aprovados *Ad Referendum* sujeito à aceitação posterior por parte dos Centros/Campus, visto o caso do calendário da pós graduação. A exemplo do calendário 2021 dos Colégios Técnicos da UFPI que está sendo discutido por uma comissão, composta por coordenadores de todos os cursos dos 3 Colégios Técnicos, CTT - CTF e CTBJ, no qual terão o prazo de 15 dias para elaborar uma minuta de resolução e calendário para que seja aprovado. Ressaltamos que o Calendário da Graduação foi submetido a consulta, mas em um tempo exíguo e no período de fechamento de cadernetas no SIGAA, não permitindo, portanto, a ampla discussão. Além disso, mesmo sem ter sido aprovado, já há previsões de atividades, como edital de monitoria.
3. A Diretoria da ADUFPI junto as Coordenações Regionais do sindicato, analisaram a proposta de calendário acadêmico para o período letivo de 2020.2 em reunião, e protocolamos no prazo estabelecido pela PREG proposições acerca da minuta de calendário. A Adufpi solicitou que sejam feitas alterações na proposta de minuta enviada pela PREG, e que o calendário seja amplamente discutido pelos colegiados para fins de aprofundamento nas discussões sobre a continuidade de atividades de ensino no formato remoto, levando em conta seus resultados anteriores e as condições de trabalho das (os) docentes para o próximo período letivo. O Documento enviado a PREG, será disponibilizado em nossa página oficial da ADUFPI
4. Destacamos como aspectos centrais a serem discutidos por este Conselho a dúvida quanto ao formato de funcionamento do período letivo 2020.1 visto que aparece a nomenclatura Remoto, mas no Art 1º § 2 coloca a expressão outros formatos e delega as coordenações dos cursos a responsabilidade pela autorização. Temos a compreensão de que a autorização da oferta de componentes curriculares, na atual conjuntura de pandemia, cabe a Administração Superior/ PREG ou CGC, como expressão de uma política institucional assumida por instâncias da gestão superior, e não pelo Departamento ou Chefia de Curso;
5. Então perguntamos: Que formatos são esses? Quem viabiliza os formatos possíveis? Quem se responsabiliza por cada formato executado? O referido parágrafo fala em necessidade de adequações às condições de biossegurança,

contudo, não há indicativo de existência e/ou de apresentação pública de um plano de biossegurança no âmbito da UFPI.

6. Outras questões que merecem análise é a quantidade de discentes por turma, a carga horária de atividades síncronas e assíncronas, entendendo que há diferentes variantes que impactam na condução dos componentes curriculares
7. Outros aspectos foram colocados no documento e esperamos que tenham sido analisados e acolhidos para serem discutidos aqui nesta reunião.
8. Embora saibamos que não é o CEPEX que disciplina a carga horária e as condições trabalho queremos suscitar a reflexão sobre a necessidade de ampla discussão pela comunidade acadêmica sobre as condições de estudo, pesquisa e extensão de discentes, docentes e técnicos vivenciadas na pandemia. Destacamos o zelo, compromisso e responsabilidade que todos temos com a UFPI, com a formação de qualidade. Sem as condições para nossos alunos, nosso trabalho fica comprometido. “não há docência, sem discência!”. A ADUFPI manifesta sua preocupação com a necessidade de ampliação de insumos para que os discentes possam estudar com o mínimo de condições, sendo necessário também para isto condições de trabalho para os docentes. Equipamentos, formação e subsídios para internet são fundamentais. A ampliação de bolsas para os estudantes e também a garantia de que os docentes tenham as condições de trabalho.

Por fim, reiteramos nosso compromisso com nossa instituição, com a continuidade da construção do conhecimento científico, com a defesa da Educação Pública, gratuita e de qualidade em nosso país. Aguardamos que sejam acolhidas as proposições feitas e manifestamos a confiança de que este conselho tomará as melhores decisões!